



## **Sindicato Nacional dos Professores Licenciados pelos Politécnicos e Universidades**

### **Promulgação do DL dos Concursos pelo Presidente da República acicata ainda mais o descontentamento dos Professores e Educadores**

A notícia conhecida ontem, dia 8 de maio, sobre a promulgação, por parte do Senhor Presidente da República, do Decreto-Lei nº 32-A/2023, de 8 de maio, relativo ao novo regime de gestão e recrutamento do pessoal docente dos ensino básico e secundário e de técnicos especializados para formação, constitui uma afronta à classe docente, acicatando ainda mais o descontentamento dos professores, numa conjuntura de evidente e indesmentível contestação em relação às posições de recusa sistemática do Governo de reconhecer a necessidade de valorização e dignificação da profissão docente.

O SPLIU lamenta, mas não pode acompanhar a premissa expressada pelo Senhor Presidente da República, de ter promulgado o diploma dos concursos com a justificação de não prejudicar o processo de vinculação de mais cerca de 8.300 docentes. Com o maior respeito institucional, o SPLIU permite-se discordar do Senhor Presidente da República, porque considera que seria possível vincular esse contingente de professores no atual quadro legislativo, bastando para o efeito o ME realizar um concurso externo extraordinário, mecanismo esse, que foi aliás privilegiado pelo Governo no passado recente.

Face às regras plasmadas no novo diploma legal, nomeadamente, a obrigatoriedade dos docentes que vincularem no quadro de regras definido pelo DL nº 32-A/2023, de 8 de maio, serem obrigados a concorrer a nível nacional em 2024, o SPLIU considera que poderá ocorrer, como consequência, que a totalidade das vagas não sejam preenchidas, ainda que o sistema educativo tenha uma extrema necessidade destes profissionais.

É certo que o Senhor Presidente da República deixou algumas notas ao Governo sobre a recuperação do tempo de serviço não contabilizado na carreira docente, e, a necessidade de se devolver a paz e a tranquilidade às escolas no próximo ano letivo. Os professores consideram, e o SPLIU acompanha tal opinião, que mais que as palavras do Chefe do Estado, importa que existam ações objetivas e pragmáticas por parte do mesmo, que obriguem o Governo a ouvir e a considerar as legítimas reivindicações dos professores.

Em suma, os professores para além de se encontrarem muito zangados com um Governo autista teimosamente obstinado em não valorizar e dignificar a carreira docente, ficam agora muito desiludidos com o Senhor Presidente da República, pela sua falta de determinação política em corresponder favoravelmente aos legítimos anseios dos professores.

A Luta vai prosseguir!

Lisboa, 9 de maio de 2023

A Direção Nacional